

Aconteceu

Desmorona política econômica do governo. Zélia sai, mas a crise só vai se agravar

André Dusek/Ag. Estado

A ministra da Economia Zélia Cardoso de Melo foi exonerada do cargo no dia 8 de maio. Com ela, saiu quase toda a equipe econômica que, ao longo de quatorze meses de governo, idealizou e pilotou os Planos Collor I e II. A queda de Zélia, provocada pelo seu desgaste junto ao empresariado e a toda a sociedade civil, representa um marco na política do governo Collor e na pretensão do presidente de que os problemas do país pudessem ser resolvidos "com um tiro só", facilmente e no mais completo isolamento social. O novo ministro é Marcfílio Marques Moreira, ex-banqueiro e por cinco anos embaixador em Washington. A sua nomeação foi muito apreciada pelos bancos credores do Brasil no exterior que agora se dizem convencidos de um acordo sobre a dívida está próximo. Além de agradar empresários e banqueiros estrangeiros, porém, o novo ministro não pretende mudar os rumos liberais e recessivos da política econômica seguida até agora por Zélia Cardoso de Mello. (Página 3)



Fazendeiro é preso por morte de sindicalista

Quebrando a tradicional impunidade que sempre protegeu mandantes e executores de assassinatos de trabalhadores e dirigentes sindicais no Pará, o fazendeiro Jerônimo Alves de Amorim foi indiciado pela morte de Expedito Ribeiro de Souza, presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Rio Maria (PA). O processo, com júri popular, deverá ser realizado no mês de julho. O fazendeiro fora denunciado por seu próprio gerente e pelo pistoleiro José Serafim Salles, o Barreirito, como mandante da morte de Expedito. Barreirito disse em depoimento que cobrou Cr\$ 150 mil para matar o sindicalista. O vigário de Rio Maria, padre Ricardo Resende, pediu que o processo seja transferido para Belém, para evitar pressões e ameaças aos membros do júri. (Página 12)

Vaticano pune Boff pela quinta vez

Quinta punição do Vaticano contra o teólogo franciscano Leonardo Boff, um dos mais destacados teóricos da teologia da libertação. Desta vez, Boff foi afastado da chefia da redação da "Revista Vozes", será obrigado a deixar de residir na cidade de Petrópolis (RJ), e foi "aconselhado" a abster-se de lecionar teologia por um ano e a não escrever sobre assuntos polêmicos. A nova punição foi causada pelo conteúdo de três artigos publicados na "Revista Vozes" — um deles redigido pelo próprio Boff — considerados "contrários à doutrina da Igreja" pela Congregação da doutrina da fé chefiada pelo cardeal Ratzinger. Segundo a revista católica inglesa "The Tablet", a punição de Boff foi pedida ao Vaticano pelo arcebispo do Rio, d. Eugênio Salles. (Página 8)

Aumenta violência contra crianças de rua. Ato de protesto em SP

(Página 2)

Grave epidemia de malária na área Yanomami de Auaris

(Página 10)

Em SP, rio Tietê morre por lixo industrial e esgoto não tratado

(Página 4)

Governo já gastou US\$ 500 milhões com usinas de açúcar e álcool

Levantamento do Banco do Brasil indica que o governo já desembolsou cerca de US\$ 500 milhões para pagar dívidas que deveriam ser resgatadas pelos usineiros do açúcar. São empréstimos feitos a usinas com o aval do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), em fase de extinção. Como as usinas não pagam as dívidas, o Tesouro Nacional é obrigado a saldá-las.

Ao pagar as dívidas das usinas, o Tesouro se transforma em credor de empréstimos que, em muitos casos, são impossíveis de serem cobra-

dos. Com os US\$ 500 milhões que usou para pagar estas dívidas, o governo poderia, por exemplo, dar um abono de nove salários mínimos (Cr\$ 153 mil) para cada um dos trabalhadores desempregados de São Paulo, cerca de um milhão de pessoas.

Como já foi divulgado há alguns meses, o governo Collor estuda o completo refinanciamento das dívidas dos usineiros com o Tesouro (Cr\$ 518.170 bilhões, em valores atualizados até março), com prazos que podem variar de 10 a 15 anos. (*Folha de S. Paulo*, 03/05/91)

Política salarial tem relator 'collorido'

O governo indicou um relator de suas fileiras para a comissão do "fórum" que analisará a relação capital-trabalho e tentará elaborar um projeto estabelecendo uma política salarial permanente para o país. Trata-se do deputado Arnaldo Faria de Sá (PRN-SP), vice-líder do bloco governista na Câmara. A indicação de Faria de Sá foi possível através de um acordo entre o PMDB e o bloco governista. O líder do PDT, deputado Vivaldo Barbosa (RJ) e o deputado Alofio Mercadante (PT-SP), criticaram o acordo e a falta de discussão do assunto com as demais lideranças. (*Gazeta Mercantil*, 08/05/91)

Aumenta violência contra meninos de rua

A praça da Sé, na região central de São Paulo, virou palco de uma verdadeira guerra. Policiais militares são acusados pela Pastoral do Menor da Arquidiocese de agredir diariamente meninos e meninas de rua. A polícia nega as acusações e diz apenas que reforçou o policiamento para dar segurança à população.

A Pastoral, que vem acompanhando a situação das crianças da praça da Sé, afirma que somente nos últimos 20 dias, três meninos foram baleados, dois adolescentes tiveram o rosto queimado por policiais com gás ácido e uma menina grávida, de 16 anos, disse ter sido espancada por um PM. Foram 14 denúncias, de 20 de abril a 6 de maio.

O crescimento da violência em relação aos meninos e meninas de rua e a impunidade que se tem verificado em casos como esse da praça da Sé são um retrato de uma situação maior. Os grupos de apoio e defesa da criança vêm denunciando o aumento dos grupos de extermínio, os "esquadrões da morte".

A cada três dias uma criança é assassinada na cidade de São Paulo, segundo pesquisa do Núcleo de Estudos da Violência (NEV), da Universidade de São Paulo, feita entre 1º de setembro de 1990 e 31 de março de 1991. Os dados foram divulgados em 10 de maio, no Ato em Defesa da Vida, na Assembléia Legislativa de São Paulo, que reuniu entidades

de defesa, parlamentares, igrejas, movimentos populares, órgãos públicos, meninos e meninas de rua.

Esses dados se somam à pesquisa feita pelo Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR), Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) e NEV, publicada no livro "Vidas em Risco".

O livro se baseia no noticiário de três jornais de Recife, São Paulo e Rio de Janeiro e relata o assassinato de 457 crianças entre janeiro e dezembro de 1989. Entre elas, 206 foram vítimas de "chacinas", e apenas 17 tinham passagens na polícia. (Carlos Coelho/CEDI, 14/05/91)

Aconteceu

Publicação quinzenal do CEDI

CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Editor: Carlos Alberto Ricardo • **Jornalista Responsável:** Magali do Nascimento Cunha (MTb 011.233) • **Editores Assistentes:** Beatriz de Moraes Vieira (Trabalhadores Rurais), Elie Ghanem (Educação Popular), Fany Ricardo (Povos Indígenas), Giancarlo Summa (Internacional), Magali do Nascimento Cunha (Igrejas), Marita Regina de Carvalho (Trabalhadores Urbanos), Paulo Tomic (Economia), Tony Gross (Meio Ambiente) • **Secretaria de Redação:** Beatriz Araújo Martins (RJ) e Vera Feitosa (SP) • **Documentação e Pesquisa:** Ângela Galvão • **Diagramação:** Marta Cerqueira Leite Guerra • **Paginação:** Alfredo Coelho • **Fotólitos e Impressão:** Tribuna da Imprensa/RJ

Assinaturas e correspondências devem ser encaminhadas ao CEDI:

Rua Santo Amaro, 129
22211 - Rio de Janeiro - RJ
Fone: (021) 224-6713
Fax: (021) 242-8847

ou

Av. Higienópolis, 983
01238 - São Paulo - SP
Fone: (011) 825-5544
Fax: (011) 825-7861

Assinatura anual: Cr\$ 1.000,00
Assinatura de apoio: Cr\$ 1.400,00
Assinatura exterior: US\$ 50

Queda de Zélia não muda política econômica do governo

Depois de um ano, um mês e 23 dias de posse, a ministra da Economia Zélia Cardoso de Mello foi exonerada pelo presidente Collor na quarta-feira, 8 de maio. O novo ministro é Marcílio Marques Moreira, até então embaixador nos Estados Unidos.

Juntamente com Zélia demitiram-se cerca de 30 dos principais colaboradores da ex-ministra, entre eles o secretário de Política Econômica, Antonio Kandir, o presidente do Banco Central, Ibrahim Eris e o embaixador da Dívida Externa, Jório Dauster. Foram acompanhados pela saída do ministro da Infra-Estrutura, Eduardo Teixeira. Com a saída de Zélia desmonta-se uma estrutura que detinha a maior concentração de poder que uma autoridade econômica jamais teve. O saldo da atuação da equipe da ex-ministra, porém, é trágico: a recessão desempregou um milhão de pessoas, somente na Grande São Paulo, derrubou o faturamento do comércio por treze meses seguidos e empobrecceu o país em onze bilhões de dólares. A queda da produção da indústria paulista foi de 11% em 1990 e o PIB registrou menos 4,6%, uma queda nunca vista desde a década de 40. Em apenas um ano de governo, o poder aquisitivo dos assalariados em São Paulo diminuiu 30%. O confisco da poupança, que Collor jurara proteger, atingiu a soma de 85 bilhões de dólares.

Além das dificuldades econômicas, a ministra cai após constantes colisões com diversos setores do grupo palaciano.

O entrevero mais recente de Zélia foi com o secretário de Desenvolvimento, Egberto Batista. Após várias disputas entre Zélia e Batista a ministra denunciou publicamente o secretário pela edição de uma portaria ilegal para beneficiar um irmão empresário com negócios na Zona Franca de Manaus. Zélia conseguiu a revogação da portaria, mas não o apoio de Collor, além de ser repreendida por ter tratado o problema de forma pública. Explica-se: entre outras "façanhas", Egberto Batista foi o responsável, durante a campanha presidencial

do ano passado, pela ida à TV de Miriam Cordeiro, ex-namorada de Lula que o denunciou por supostamente exigir o aborto da filha. Esta atuação foi peça importante na vitória de Collor.

Redistribuição de poderes —

Com o crescente agravamento da crise política e econômica, a soma inédita de poderes que Zélia acumulou deverá ser diluída entre novas e antigas figuras da corte palaciana. A estratégia de Collor para recompor as bases políticas do seu governo que se iniciou com a cooptação de Jarbas Passarinho para o Ministério da Justiça, passando pela reconciliação com Sarney, avança agora para o plano econômico, procurando desfazer tensões nos campos externo e interno.

A nomeação de Marques Moreira recebeu aplausos entusiasmados do empresariado, dos banqueiros internacionais, dos funcionários americanos e dos altos escalões do Banco Mundial e FMI, todos pródigos em elogios ao novo ministro, mas

unânimes em exigir uma "solução" rápida para o pagamento da dívida e uma maior internacionalização da economia.

As centrais sindicais foram praticamente unânimes na condenação da política econômica do governo e nas preocupações com a nomeação de Marques Moreira. O principal temor é que o aprofundamento de política neoliberais leve a um processo de maior internacionalização da economia que freie o desenvolvimento da tecnologia nacional e inclua uma submissão ainda maior a credores internacionais. O deputado Aloízio Mercadante (PT-SP) resumiu essas preocupações: "Temo que seja fechada uma carta de más intenções com o FMI, acho que pagaremos a dívida com o saldo da balança comercial, o que significa desvalorização do câmbio e arrocho salarial. Marcílio Marques Moreira é um diplomata competente, mas a minha dúvida é se ele vai representar o Brasil perante os credores, ou estes diante do Brasil". (CEDI, 14/05/91)

Para CUT recessão pode agravar-se

Para a CUT, a substituição da ministra da Economia é a mudança mais importante ocorrida até agora na equipe do governo Collor. A entidade considera que a mudança de ministros não alterará a política econômica conservadora do governo, ao contrário, visa reforçá-la, aprofundando a opção pelas reformas liberais. Segundo a CUT, a questão central é que o governo vinha perdendo trânsito entre os setores empresariais e financeiros internos e externos que condenavam a "excessiva intervenção" do governo (controle de preços, por exemplo) e a demora em se proceder algumas reformas liberais (privatizações, liberação de importações etc.). Além disso, o governo Collor cada vez mais isolava-se junto ao Congresso, Judiciário e ao conjunto da sociedade. Com a substituição, o governo busca ampliar e definir suas bases de apoio na sociedade, embora de cará-

ter mais conservador. Para a CUT, no campo econômico a tendência é que as principais linhas da atual política permaneçam: políticas fiscais e monetária, recessão e arrocho salarial. Poderão ser acelerados os calendários de privatizações e liberação de importações e o acordo com o FMI, em termos mais vantajosos para os credores.

As principais alterações poderão ocorrer na política de preços. Se o governo atender as demandas empresariais, deverão ser extintos os atuais controles de preços. Isso poderá acarretar um intenso aumento das taxas inflacionárias e um novo cenário inflacionário.

A CUT reafirma sua posição contrária à política econômica do governo Collor, contra a recessão e o arrocho salarial e reitera a convocação para a greve geral, em 22 e 23 de maio. (InformaCUT/Especial, 10/05/91)

Rio Tietê: a cesta de lixo de 2.179 empresas em SP

As indústrias da região metropolitana de São Paulo jogam 393 toneladas de lixo orgânico e 2,59 toneladas de lixo inorgânico no rio Tietê, todo dia. Algumas operam na área há 60 anos. A Companhia de Tecnologia Ambiental (Cetesb) concluiu o relatório-diagnóstico do "Programa de Despoluição da Bacia do Alto Tietê" que vistoriou as 2.179 indústrias que mais poluem o rio, selecionadas entre as 39 mil da Grande São Paulo.

O diagnóstico mostrou que as indústrias localizadas no Ipiranga e Tatuapé são as mais poluidoras do Tietê. Ipiranga, Tatuapé e Santo André contribuem, respectivamente, com 25%, 19% e 18% da poluição orgânica do rio, aquela passível de tratamento junto com o esgoto doméstico. Tatuapé, Ipiranga e Santo André lançam, respectivamente, 28%, 22% e 13% da poluição inorgânica, que exige tratamento especial e que sedimenta metais pesados no leito do rio.

Segundo Lineu Rodrigues Alonso, 40, diretor de Controle da Poluição das Regiões Metropolitanas da Cetesb, as indústrias têm duas alternativas: fazer tratamento individual, integral, dos esgotos, ou pré-tratamento, seguido de lançamento na rede pública da Sabesp (Companhia de Saneamento Básico de São Paulo). Indústrias de alimentos, têxteis e químicas são responsáveis pela maior carga

de poluição orgânica. Metalúrgicas, têxteis e químicas produzem a maior carga de detritos inorgânicos.

A pesquisa da Cetesb começou em setembro de 1990, em convênio com a Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) e a Sabesp. A longo prazo, visa promover o Tietê da classe quatro ('esgoto a céu aberto') para classe três, categoria reservada aos cursos d'água que têm fauna e flora. As 2.179 empresas vistoriadas são responsáveis por 95% da poluição industrial do rio.

O rio é a vala de São Paulo. Nos 119 km que cortam a cidade, suas águas são impróprias para tudo. Além de detritos industriais, o Tietê recebe de volta, como esgoto, 90% dos 50 mil litros de água por segundo que os paulistanos consomem. A Sabesp cobre 75% da região metropolitana, mas só 10% dos esgotos são tratados.

O que a indústria rejeita, o que o rio Tamanduateí e o Pinheiros recolhem e tudo que chove e escorre por uma superfície asfaltada impermeável cada vez maior, acaba no Tietê. Desde 1935, o rio é desviado, retificado e escavado para permitir vazões maiores que suportem esgotos, enchentes e detritos em volumes cada vez maiores. São Paulo tornou-se dependente do escoamento do Tietê.

A Vigor S.A. Fábrica de Produtos Alimentícios, instalada, desde 1922,

Cetesb não dá nomes das infratoras

A Cetesb recusa a revelar agora os nomes das empresas poluidoras. Diz estar negociando soluções e definindo áreas prioritárias de tratamento, já que a própria rede de esgotos da Sabesp é deficitária. Diz também não querer deflagrar uma corrida às empresas que vendem tecnologias de despoluição. "Não quero tornar esse relatório público enquanto não puder oferecer soluções. Até o final de maio, as empresas poluidoras terão de definir com a Sabesp cronogramas e programas de tratamento", diz o diretor da Cetesb Lineu Rodrigues Alonso. (Folha de S. Paulo, 09/05/91)

na Vila Pari, na zona leste de São Paulo, é a empresa que lança a maior quantidade de lixo orgânico no Tietê — gordura e sabão provenientes da lavagem de tambores de leite. Diariamente, embala 1 milhão de litros de leite, cerca de 40% do consumo da população da Grande São Paulo. (Ricardo Arnt/Folha de S. Paulo, 09/05/91)

Jornal da Tarde, 18/05/91

O leito da sujeira

Em seu trajeto, o rio Tietê sofre a agressão de esgotos e afluentes até receber o golpe fatal na zona Oeste de São Paulo.

4. O golpe fatal ocorre na altura da ponte das Bandeiras, onde as águas do rio Tamanduateí despejam no Tietê os detritos de 1.125 fábricas da região do ABC, além dos esgotos não tratados de 2 milhões de pessoas.

2. Em Biritiba Mirim, a 85 Km da Capital, o rio sofre sua primeira agressão, com cerca de mil metros cúbicos diários de esgotos não tratados. A taxa de oxigênio se reduz.

5. O rio está morto quando chega na ponte dos Remédios. A taxa de oxigênio é zero.

3. Em Mogi das Cruzes, cem mil habitantes e 200 indústrias despejam efluentes não tratados no rio.

1. O rio Tietê nasce em Saleópolis a 96 Km de São Paulo, com 8 miligramas de oxigênio por litro de suas águas

Usina de Itaipu está ameaçada pela erosão

O geólogo gaúcho Sandor Grehs, diretor do Centro de Sensoriamento Remoto da UFRGS e ex-coordenador de Recursos Naturais do Ministério do Interior (governo Médici), advertiu que, em consequência da erosão e acúmulo de terra no fundo da barragem, a Usina de Itaipu terá uma vida útil de no máximo mais 30 anos. Destacou que, se fosse hoje, as instituições financeiras não liberariam "um tostão" para sua construção pelo que ela representa de "danos ao meio ambiente".

Na sua opinião, se o governo não providenciar imediatamente um programa de reflorestamento da Bacia do rio Paraná, onde está assentada Itaipu, "muito em breve a obra megalomaníaca estará ainda mais ociosa do que já é". Comentou que atualmente cerca de um quinto da capacidade de acúmulo de água do seu lago já está tomada por terra e "em

mais alguns anos haverá mais areia do que água, tornando-a inoperante".

Sandor Grehs contou que, em 1974, no governo do general Emílio Garrastazu Médici, foi proibido pelos órgãos de segurança de apresentar uma conferência sobre o impacto ambiental representado pela implantação de Itaipu. "Já na ocasião eu previa que o desmatamento pela atividade agrícola ao redor da área acabaria por comprometê-la".

Mais tarde alertou sobre os riscos de *entupimento* da barragem pelo volume de arenito *caiuá*, solo típico daquela região, lançado através da bacia hidrográfica do rio Paraná. Acredita que chegará o ponto em que as turbinas "terão um desgaste tão grande pela quantidade do solo arenoso que deixarão de operar".

Agora ele defende a reversão do quadro desanimador, com um projeto de reflorestamento de toda a Bacia

do rio Paraná, com ênfase para a reconstituição da mata nativa das margens dos afluentes e nas cabeceiras de rios e arroios. "É uma região de chuvas intensas, e a agricultura eliminou a cobertura natural que fixava o solo. Com isso a erosão está crescendo enormemente e a terra é toda carregada para o rio". Quando chega ao lago de Itaipu é bloqueada pela represa.

O geólogo participou, na década de 70, da Comissão Interestadual de Estudos da Bacia do rio Paraná, organismo que antecedeu a instalação da usina, ligado ao Ministério do Interior. Fizeram estudos sobre os efeitos do empreendimento, desaconselhando sua construção — responsável hoje por aproximadamente US\$17 bilhões da dívida externa brasileira — pelo gigantesco custo e pelos problemas que traria ao ecossistema. (*Jornal do Brasil*, 23/04/91)

Mau uso do solo transforma o pampa gaúcho em deserto

O pampa, com seus imensos campos verdejantes, está sendo radicalmente alterado por um processo acelerado de desertificação pelo uso inadequado da terra. Em poucos anos, milhares de hectares de planícies e colinas viraram areia pura e dunas imprestáveis para qualquer cultivo.

O avanço dos desertos ocorre em toda a extensão da fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, espalhando-se por 17 municípios. Como um contrabando, a desertificação já cruzou a fronteira e começa a atingir o Uruguai. Alegrete é o município com mais desertos.

Há três décadas, havia alguns pequenos "olhos de areia" no meio do campo. Na medida em que diminuía o tamanho das propriedades, aumentava a areia invadindo as pastagens. As trilhas por onde passa o gado aumentam com as chuvas e o vento completa o estrago, levando as dunas para mais longe.

O engenheiro agrônomo João José Souto, da Secretaria da Agricultura, diz que a situação é perigosa, mas não é irreversível. Com o plantio de árvores e pastagens mais resistentes, os desertos podem ser contidos. Esta recuperação, porém, não ocorrerá antes de 20 anos. "O que a natureza levou cinco milhões de anos para fazer, não se refaz em dois ou três".

De fato, é fácil perceber que será uma tarefa gigantesca a preservação dos solos areníticos — isso se houver disposição oficial, muitos recursos e conscientização dos produtores, uma soma difícil de se concretizar. Nas estradas, é possível observar as colinas — as coxilhas, no Sul — recortadas nas encostas por incontáveis sulcos arenosos. Numa ação erosiva contínua, as chuvas e os ventos arrastam a areia para as planícies, onde ela se acumula e mata a vegetação rasteira, dando origem a novos desertos. Em todos, a paisa-

gem é lunar. Os sulcos viram cortes profundos que, com o tempo, se transformam em crateras imensas cercadas por dunas.

O vento nas regiões arenosas alcança duas a três vezes mais do que os 30 ou 40 quilômetros por hora em dias normais. Quando venta forte, erguem-se tempestades de areia visíveis a 20 quilômetros de distância. A própria temperatura se modifica. Como a areia não retém o calor, porque reflete os raios solares, quando faz 25 graus no campo, no final da tarde, nos areais, ela desce a 15 graus, mas as pessoas sentem mais frio porque a sensação térmica baixa com o vento forte. Nos momentos mais quentes, a temperatura não baixa de 37 graus nas áreas desertificadas.

Nesse cenário desolado, se tem a impressão de que, a qualquer momento, vai surgir das dunas um beduíno em seu camelo. (*Ulisses Almeida/O Globo*, 28/04/91)

Comissão avalia danos à bacia do Paranapanema

Perda de longas extensões de terras férteis, florestas nativas e jazidas arqueológicas; descaracterização do rio e desalojamento de produtores rurais estão entre os prejuízos computados pelo Paraná com a construção de hidrelétricas da Companhia Energética de São Paulo (Cesp) ao longo dos 100 mil quilômetros quadrados da bacia do Paranapanema, nos limites deste estado. A informação

é do Comitê Executivo de Estudos Integrados da Bacia do Rio Paranapanema (Cecipena).

A intenção da Cesp de construir mais uma usina no Paranapanema, a de Canoas, implica em alagar 14 mil hectares das terras mais férteis do Paraná. Se o projeto original da usina de Canoas for executado, o rio Paranapanema perderá seu último trecho onde ainda há correntezas e, com ele,

várias espécies de peixe. Na correnteza criam-se espécies mais nobres como o dourado, pintado e piapará. Represado este trecho, o Paranapanema perderá totalmente as características que deram origem a seu nome. Paranapanema quer dizer "grande rio impressionável", devido às numerosas cachoeiras e corredeiras que originalmente dificultavam a navegação. (*Gazeta Mercantil*, 09/05/91)

Custo ambiental muda o conceito de desenvolvimento

Uma complexa missão está tomando conta das mesas de trabalho dos economistas: traduzir em cifras o desgaste que vem sofrendo o meio ambiente e abater seu resultado do cálculo do Produto Interno Bruto (PIB). Até o momento, os cálculos convencionais do PIB contabilizam apenas a produção de um país num ano, sem levar em conta os danos ambientais que daí resultam.

"Nunca ninguém até hoje pagou para usar o meio ambiente, seja uma pessoa cujo carro polui a atmosfera, seja uma indústria que deposita detritos num rio próximo. Quantificar isso é um trabalho que está apenas começando", diz o economista Ronaldo Seroa da Mota, que coordena pesquisa nesta área, no Instituto de Pesquisas Econômicas e Análises (Ipea).

Até o momento, os trabalhos têm levado a se flagrar a complexidade

dessas contas, conforme atesta o economista Julien Chacel, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas. "Numa contabilidade ambiental, não posso considerar apenas os dólares gerados pela potência de uma hidrelétrica. Preciso subtrair o que se perdeu em madeira, energia, derrubando-se a floresta para instalar a usina", exemplifica Chacel. "Por outro lado, se reduzimos as descargas de dióxido de carbono na atmosfera numa região, isso tem conseqüências benéficas como, por exemplo, a redução do número de pessoas com doenças respiratórias. Mas também há custos para que se construam os equipamentos que controlem essas descargas", diz.

Por enquanto, nenhum país chegou a uma contabilidade ambiental totalmente apurada e, muito menos,

a abater oficialmente de seu PIB os prejuízos ecológicos. Alguns trabalhos isolados de economistas já foram desenvolvidos em países como Japão e os Estados Unidos. Os trabalhos são experimentais, mas uma coisa já é certa: os números do PIB ficam bem inferiores quando os danos ambientais entram em cena.

Os japoneses mediram experimentalmente quanto a economia de seu país teria que gastar por ano equipando-se para se desenvolver sem desgastar o meio ambiente e concluíram que precisariam do equivalente a 10% a 20% de seu PIB. Isso quer dizer que, na verdade, o PIB japonês deveria ser de 10% a 20% menor do que o atual. Já nos Estados Unidos, os índices encontrados em pesquisa semelhante foram de 5% a 10%. (*Jornal do Brasil*, 05/05/91)

Trabalhadores Urbanos

CUT faz convênio para evitar mortes no trabalho

São doze mortes por dia decorrentes de acidentes de trabalho e um número elevado mas não contabilizado de doenças ocupacionais atingindo uma parcela expressiva dos 36 milhões de trabalhadores do País. Para reverter este quadro, o Instituto Nacional de Saúde no Trabalho (INST) — criado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1988 — desenvolve atualmente projeto de cooperação com a maior central sindical italiana, a Confederazione Generale Italiana del Lavoro (CGIL).

Roberto Ripamonti, sindicalista da CGIL, diz que a partir da mudança do modelo sanitário da Itália em 1978 os índices de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais decresceram. Com uma política de ação preventiva, foi possível reduzir de 3 mil para os atuais 1,3 mil mortes por ano em locais de trabalho, no período de pouco mais de uma década. Ao mesmo tempo, a mão-de-obra empregada cresceu na Itália em mais 3 milhões de pessoas.

Doenças ocupacionais graves também foram eliminadas, diz Ripamonti.

É o caso da silicose de ceramistas; da asbestose, provocada pela exposição ao pó de amianto; da leucopenia, decorrente do manuseio com benzeno; e tenossitiva, freqüente em operários que executam tarefas com movimentos repetitivos das articulações, provocando paralisias progressivas. Segundo Wagner Lima, dirigente do INST, essas são doenças bastante freqüentes entre trabalhadores brasileiros. (*Gazeta Mercantil*, 08/05/91)

CUT combaterá descontrolado no uso do benzeno

A CUT se prepara para lançar dentro de 30 dias uma campanha nacional contra o uso descontrolado e abusivo do benzeno, substância considerada cancerígena, utilizada no processo industrial por algumas empresas, e responsável entre outras doenças pela anemia plástica e a leucopenia, caracterizadas pela redução da imunidade do organismo.

A decisão da diretoria da CUT foi divulgada neste fim de semana, durante seminário realizado em Salvador para discutir a questão de saúde no ambiente de trabalho. O anúncio foi feito pelo diretor-geral do Instituto Nacional de Saúde do Trabalho (Inst), Jocélio Drummond. O seminário contou com a participação de técnicos da CGIL. (Folha de S. Paulo, 09/05/91)

CIOLS apóia greve geral

Enzo Frizo, secretário geral da CIOLS e Luis Anderson da ORIT, estiveram na sede nacional da CUT para discutir a realidade nacional com dirigentes cutistas. Frizo criticou o governo Collor, considerando-o antidemocrático e atribuindo-lhe uma política neoliberal que só está conseguindo concentrar ainda mais a renda nacional e agravar os problemas sociais. A CUT recebeu a solidariedade da central mundial e de sua regional para a América Latina na deflagração da greve geral marcada para maio. (Informacut, 08 a 16/05/91)

Centrais sindicais pedem fim da recessão no país

Combater a inflação sem provocar recessão, desemprego e arrocho salarial, na opinião dos sindicalistas da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Força Sindical (FS) e Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), será o maior desafio que Marclio Marques Moreira terá que enfrentar como ministro da Economia. Outro grande desafio será restabelecer a confiança de empresários e trabalhadores e convencê-los a retomar as conversações para um entendimento nacional.

Tanto Gilmar Carneiro dos Santos, secretário-geral da CUT, quan-

to Luiz Antonio de Medeiros, presidente da FS, entendem que o combate à inflação não precisa passar necessariamente pela recessão da economia. Para Gilmar Carneiro, o processo de controle inflacionário só se efetiva pelo fortalecimento da democracia e pela discussão dos problemas nacionais com os trabalhadores e a base da sociedade: — “ou o presidente Collor aprende a respeitar a sociedade e a dividir com o povo a responsabilidade de governar, ou ele vai ter que trocar de ministro a cada seis meses, disse”. (O Globo, 12/05/91)

A CUT pode substituir CGT na assembléia da OIT

O secretário-geral da Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres (CIOSL), Enzo Friso, sugeriu ao presidente da CGT, Francisco Canindé Pegado, que neste ano a central dê a vez para que sindicalistas da CUT integrem a comissão brasileira que representará o país na assembléia da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que acontecerá no mês de julho em Genebra.

A escolha da delegação brasileira que vai à OIT é feita pelo Ministério do Trabalho que, neste ano, como

nos anteriores, convidou um representante da CGT.

“Nós não podemos impor ninguém, mas gostaríamos que houvesse um rodízio”, afirma Friso. “Gostaríamos que neste ano fosse escolhido um representante da CUT”, diz Maria do Carmo Teixeira, representante da CIOSL-ORIT no Brasil.

Dificilmente o pedido da CIOLS será abonado pelo ministro do Trabalho Antonio Rogério Magri, presidente licenciado da CGT e rival declarado da CUT. (Jornal da Tarde, 09/05/91)

Brasileiros fariam ainda mais sacrifícios, diz pesquisa da CNI

Os brasileiros estão dispostos a se sacrificar ainda mais em troca, apenas, de o governo cortar os gastos e acabar com a corrupção, o empresariado ganhar menos e os sindicatos pararem com as greves. Cinco em cada dez pessoas vinculam empresas estatais a corrupção e cabide de empregos e sete em dez pensam que os empresários só pensam em seu próprio bem-estar, destinando migra-

ções aos trabalhadores. Esses são os principais resultados de uma pesquisa para saber o que o brasileiro espera do País, encomendada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), e em que foram ouvidas quatro mil pessoas de todo o País.

Ao contrário do que se pensava, o Brasil não está à beira da falência. Os brasileiros estão dispostos a fazer algo pelo País, desde que suas exigên-

cias sejam cumpridas — comenta Ney Lima Figueiredo, consultor da Fiesp, e diz que o trabalho teve o objetivo de dar um direcionamento aos planos das indústrias, que não sabiam quais as medidas econômicas que a sociedade aceitaria. Em primeiro lugar, a pesquisa mostra que há possibilidade de entendimento e que é possível se fazer novo plano de Governo. (O Globo, 05/05/91)

Leonardo Boff sofre a 5ª punição do Vaticano

O teólogo franciscano Leonardo Boff, recebeu do Vaticano, no início do mês, sua quinta punição. Desta vez, foi afastado da chefia da redação da "Revista Vozes" e será obrigado a deixar a cidade de Petrópolis (RJ), onde reside.

A nova punição foi feita pelo cardeal Joseph Ratzinger, prefeito da Sagrada Congregação para Doutrina da Fé, que ordenou intervenção na "Revista Vozes", afastando Boff do cargo de editor. O teólogo também foi "aconselhado" a abster-se, temporariamente, de lecionar teologia e escrever sobre temas polêmicos como o exercício do poder dentro da Igreja Católica.

Cardeal ficou irritado — As punições foram transmitidas a Boff, oralmente, pelo teólogo Felix Neesjes, da Província dos Franciscanos em Minas e atual "visitador" da Ordem

em vários estados. A causa da punição foram três artigos, um deles redigido por Boff, publicados pela Editora Vozes. Eles foram considerados "contrários à doutrina da Igreja".

O primeiro artigo, de autoria do ex-seminarista Vitor Tomelin, publicado pela editora no final de 1989, era uma tese de sociologia sobre padres casados. O segundo, sob o título "Padres casados ou ex-padres?", foi escrito por vários padres casados e publicado por Boff, no final de 1990, na revista.

O terceiro, também de vários autores, intitulado "A vocação eclesial do teólogo", teve redação final de Leonardo Boff e foi publicado na "Revista Eclesiástica Brasileira", também da Vozes, em dezembro passado. Era uma resposta a um artigo homônimo do cardeal Ratzinger. O cardeal ficou irritado com este artigo, que questionava sua proi-

bição aos teólogos de fazerem declarações públicas.

Punição pedida por brasileiros — O jornal católico "The Tablet", de Londres, publicará artigo de John Wilkins, afirmando que a recente punição a Leonardo Boff, foi pedida ao Vaticano pelo arcebispo do Rio, d. Eugênio Salles e pelo bispo de Petrópolis (RJ), d. José Fernandes Veloso. "Fontes ligadas ao Vaticano" declararam que eles queixaram-se do teólogo ao cardeal Joseph Ratzinger, que, em consequência ordenou a punição.

Leonardo Boff, um dos principais representantes da Teologia da Libertação no Brasil, não quer aprofundar seus atritos com o cardeal Joseph Ratzinger. Ao tomar conhecimento de sua quinta punição, ele decidiu passar um ano fora do Brasil, estudando e escrevendo novos livros. (*Folha de S. Paulo*, 12 e 13/05/91)

Papa publica nova encíclica social

Para o papa João Paulo II, a derrocada do comunismo não deve ser comemorada como uma vitória do capitalismo. Para ele o mercado não pode ser tomado como "regulador supremo da vida humana". Estas idéias foram veiculadas através da encíclica *Centesimus Annus* (Centésimo Ano), que comemora o centenário da *Rerum Novarum* (Das Coisas Novas) de Leão XIII, documento-base da doutrina social da Igreja Católica, escrita para dirigir a atuação da Igreja frente à questão do operariado e marcar posição contra o comunismo.

Norte x Sul — Com o comunismo em declínio, a *Centesimus Annus*, terceira encíclica social de João Paulo II, se concentra na crítica aos males do capitalismo. "É justo reconhecer o valor ético da liberdade de mercado mas a Igreja sempre rechaçou que se faça do mercado o modelo ou a síntese da vida humana", disse João Paulo II.

A crítica abrange a disparidade entre os países do norte e do sul e a destruição da natureza. O documento fala de "uma perda existencial"

que se vê nos países ricos. "Observa-se uma perda da capacidade de viver e a perda da própria humanidade por muitos que se sentem reduzidos ao papel de engrenagem da produção e do consumo", disse o papa.

Sociedades e não nações de consumo — O cardeal francês Roger Etchegaray, presidente do Pontifício Conselho de Justiça e Paz, e o bispo argentino Jorge Mejía, vice-presidente do órgão, explicaram que a *Centesimus Annus*, não é um documento de caráter eurocêntrico ou contrário aos Estados Unidos, pensamento que já foi sugerido por algumas interpretações da encíclica. Ambos foram encarregados pela Santa Sé de interpretar o documento.

"O documento fala em sociedades de consumo e não de nações em particular, disse Mejía. Segundo ele, a encíclica "não pensa em um país concreto, mas em determinadas situações sociais". (*Folha de S. Paulo*, 02/05/91 e *O Estado de S. Paulo*, 03/05/91)

CEBs da Bahia realizam encontro

Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) das 22 dioceses do Regional Nordeste III da Igreja Católica no Brasil (Estado da Bahia), encontraram-se de 25 a 27 de abril no Centro Diocesano de Feira de Santana. Cem pessoas representando comunidades do regional estiveram reunidas, nestes dias, para discutir e celebrar sua caminhada, sob o tema *O mundo do trabalho e as culturas massacradas*.

A grande novidade que o regional traz para a Igreja no Brasil é sua abertura ecumênica. Na dimensão da unidade dos cristãos, foi mantida uma representante evangélica, da Igreja Batista Nazareth, em suas comissões ampliada e reduzida, sendo reafirmado seu compromisso de estreitar relações com as igrejas cristãs nas várias dioceses, bem como o diálogo com outras religiões. (*CEDI*, 02/04/91)

Leia e assine
Aconteceu

Encontro debate teologia sob ótica a mulher

Discutir a teologia sob a ótica da mulher. Este foi o principal objetivo do terceiro encontro regional sobre Teologia na Perspectiva da Mulher, realizado de 3 a 5 de maio, em São Paulo. Neste encontro, teólogas, professoras e pastoras de várias denominações cristãs discutiram o tema *Ecumenismo e História*. O primeiro encontro, em 1989, tratou da *Mulher e a vida urbana*; o segundo, realizado no ano passado, abordou a questão da *Mulher e a Bíblia*. O tema deste ano foi escolhido mediante uma con-

sulta, feita através de questionário, às participantes das reuniões anteriores.

A teóloga leiga metodista Marília Schüller, coordenadora da Pastoral da Mulher do Centro Evangélico Brasileiro de Estudos Pastorais (Cebeb), declarou que estes encontros têm entre seus objetivos, investigar o que há de comum entre a Igreja e o movimento feminista. "Mas não é apenas uma discussão teórica. Ela está comprometida com uma postura", esclarece.

Durante os debates, as mulheres

chegaram à conclusão de que a teologia oficial é produzida e dirigida pelos homens. "Queremos uma nova teologia, em contraposição à vigente, que é machista", anuncia Bárbara de Souza, pastora da Igreja Unida de Cristo. Ela ressalta, entretanto, que a intenção não é criar conflito com os teólogos homens. "Queremos uma teologia e uma sociedade novas, nas quais todo mundo tenha participação e o direito de viver suas potencialidades", completou. (*Jornal do Brasil*, 06/05/91)

Luteranos debaterão o meio ambiente

Uma Consulta Internacional sobre a Amazônia será realizada no mês de setembro em Belém do Pará, Brasil, promovida pela Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil (IECLB) com o apoio do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic). O resultado da consulta deverá ser apresentado como contribuição dos luteranos à Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a ECO-92, que acontecerá no Brasil em junho de 1992.

A consulta reunirá representantes da igreja do Brasil e de outros países da América Latina, e políticos e ambientalistas luteranos dos Estados Unidos, Japão e Europa. (*CEDI*, abril de 1991)

Fé e Bem Comum

Promovido pelo Movimento de Fraternidade das Igrejas Cristãs (Mofic), foi realizado em São Paulo, no dia 27 de abril, o **Congresso Ecumênico Fé e Bem Comum**. Quarenta pessoas de várias igrejas protestantes e da Igreja Católica participaram do congresso, que teve a temática dividida em duas partes: *A fé no contexto da crise mundial* e *A fé e o civismo no contexto brasileiro*. Os participantes estudaram os temas a partir da Bíblia e de análises da conjuntura brasileira. (*CEDI*, 6/5/91)

Evangélicos progressistas se articulam

O Movimento Evangélico Progressista (MEP) está organizando e divulgando o *Fórum nacional de discussão política dos evangélicos progressistas*, a ser realizado em Campinas (SP). Segundo os líderes que integram o movimento, a atual conjuntura brasileira revela que o povo está cada vez mais desacreditando nos valores que lhe foram imputados, descobrindo que sua esperança de ser feliz não está nas promessas que políticos têm-lhe oferecido. O grupo acredita que os evangélicos têm que assumir um papel importante nesta conjuntura confusa, como profetas do Reino de Deus.

O Movimento Evangélico Progressista nasceu com este grupo, em Recife, e tem alcance nacional. A liderança pretende ocupar espaços na sociedade, com base na Palavra de

Deus, propondo e debatendo soluções. Com este objetivo está sendo organizado o fórum, para o qual estão sendo convidados partidos de esquerda, entidades sindicais e outras lideranças do movimento social, para que ouçam o que esta parcela dos evangélicos tem a dizer.

A intenção é marcar presença como povo de Deus e embaixadores do Reino, no processo histórico brasileiro; garantir um espaço democrático como cristãos, responsáveis

pelas transformações sociais, políticas, econômicas e culturais no Brasil; repensar as implicações concretas da fé, envolvidas no engajamento político social entre outros assuntos.

Para maiores informações: * Tel. (011) 31-6892/54-2894 (Nelson) ou (081) 429-3273 (Pastor Robinson Cavalcanti). (*CEDI*, 10/05/91)

Pastor lança Bíblia em versos

Poeta e historiador, o pastor metodista Isnard Rocha, de 82 anos, é autor de uma extensa produção literária. Seu mais novo trabalho é o primeiro volume da *Bíblia em versos* — *Salmos em Trovas*. O segundo, o *Apocalipse*, sairá até o final do ano.

Católicos e protestantes já aprovaram a versão do pastor Isnard Rocha, que adotou uma estratégia ecumênica: decidiu versejar os 73 livros da "Bíblia Católica". A idéia surgiu em 1983. "Notei que todos os sal-

mos poderiam ser colocados na linguagem poética", conta o pastor. "Acho que todos gostam de poesia, e essa será mais uma porta e uma nova oportunidade para ler a Bíblia".

Ele pretende terminar seu trabalho em 1993, estando já concluídos os vinte e sete livros do Novo Testamento e onze do Antigo. A Sociedade Bíblica do Brasil afirma não ter notícia de um trabalho semelhante no mundo. (*Expositor Cristão*, abril/1991; *Veja*, 17/4/91)

Grave epidemia de malária entre os Yanomami do Auaris

A antropóloga Alcida Rita Ramos, da UNB, e a médica Ivone Menegola, integrantes da equipe de saúde a Serviço da Fundação Nacional de Saúde para atuar no Projeto de Saúde Yanomami, descreveram através de um relatório datado último dia 21 de abril a situação de calamidade em que se encontram os Yanomami do alto rio Auaris, em Roraima, considerada uma região de baixo risco para o desenvolvimento de epidemias, por estar na periferia das atividades garimpeiras. Consta no documento que nos meses de março e abril deste ano, a região sofreu uma das mais violentas crises de saúde já registrada em Roraima. A aldeia mais atingida foi a Kadimani: de 133 indivíduos examinados pela equipe médica, foram confirmados 151 casos de malárias em 20 dias, de 27/3 a 15/4. A incidência maior foi a do tipo *falciparum*, que é a forma mais letal da doença. O estado de saúde dos habitan-

Portaria é retificada

No dia 2 de maio o ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, assinou uma portaria retificando o artigo I da portaria nº 173 assinada no dia 19 de abril passado, interditando a Área Yanomami por 180 dias, com o objetivo de preservar a integridade dos índios e seus respectivos territórios, e proibindo a entrada e permanência de não-índios na área.

A retificação era necessária porque faltava na portaria 173 a descrição dos limites da área. A nova portaria preserva por seis meses o território Yanomami em sua totalidade, isto é em 9.419.108 hectares, para que seja revisto o processo de demarcação administrativa da Funai. (CEDI, 09/05/91)

tes dessa aldeia é deplorável. A anemia e a desnutrição agudas saltam aos olhos, principalmente nas crianças, jovens mulheres e velhos. As causas dessa calamidade, segundo o relatório, são duas: a infestação de malária pelo trânsito de garimpeiros

em suas terras, localizadas no corredor entre a pista de Auaris e o garimpo de Ximara ocho, na Venezuela; e, também, pelo longo período de entressafra entre a produção exaurida das velhas roças e a de outras ainda verdes. (CEDI, 08/05/91)

Os Kadiwéu fazem festa preocupados com o futuro

Todas as aldeias da Reserva Indígena Kadiwéu realizaram festas comemorando a Semana do Índio, como acontece todos os anos. Na aldeia Bodoquena as festas duraram três dias e contou com a participação efetiva de toda a comunidade e dos habitantes da aldeia Campina nas brincadeiras e danças do "Bate-pau", do "Bobo" e das "Polcas Paraguaiaias". Também ocorreu a tradicional "carreira" — corrida de cavalos — e jogos de futebol. No dia 19, Dia do Índio, fizeram um grande churrasco e danças tradicionais, assistidos pelo novo chefe de posto e de membros do Exército que estão participando de perícia topográfica na área.

Essa perícia está ocorrendo através de determinação judicial, em função de ação demarcatória movida por um grupo de fazendeiros, ex-arrendatários da reserva, que alegam possuir títulos de propriedade de uma faixa de terras equivalente a 140.000 hectares, situada ao norte da área. Uma perícia histórico-antropológica e arqueológica também está sendo concluída e os Kadiwéu têm demonstrado grande preocupação com a decisão final dessa ação, uma vez que

a Funai incorreu em inúmeros erros na condução do processo. Eles pretendem ocupar novamente aquela área e também desintrusar uma outra região invadida mais recentemente, na Serra da Bodoquena, próxima ao Posto de Vigilância Tarumã, onde os invasores estão inclusive retirando madeira e recusam-se a sair, apesar dos avisos dos índios.

Procuradoria quer fim do arrendamento — Outra ação que vem correndo há alguns meses, movida pela Procuradoria Geral da República, é a ação de despejo de todos os arrendatários da reserva Kadiwéu, baseada na inconstitucionalidade da atividade de arrendamento de terras indígenas para pasto. Essa decisão tem implicações sérias: em primeiro lugar, os Kadiwéu precisam concretamente dessa renda para garantir sua sobrevivência; e além do mais, a maioria dos fazendeiros não tem onde relocar as quase 200.000 cabeças de gado existentes atualmente na reserva.

Parceria como alternativa — Os índios têm discutido então uma proposta alternativa de sistema de

parceria, que funcionaria da seguinte forma: os Kadiwéu entram com a terra, trabalho e manutenção das benfeitorias; os fazendeiros entram com o gado e pagamento dos peões; e as crias desse rebanho seriam divididas igualmente entre as partes. O projeto é interessante mas apresenta alguns problemas: os Kadiwéu não poderiam vender as novilhas antes de três anos e a parceria começaria de forma gradual, não incorporando todos os implicados no arrendamento de uma só vez. Seria necessário então um financiamento específico para o sustento dos Kadiwéu nesse período de três anos, bem como para a manutenção das sedes e do gado (sal, vacinas, arame etc.). Superada essa fase, entretanto, ao final de cinco anos os índios já teriam condições de ter seu próprio rebanho, o que forçaria a progressiva retirada do gado dos "parceiros". O despejo dos arrendatários não tem prazo definido, mas deve ocorrer provavelmente até o final deste ano, tempo que os Kadiwéu terão para repensar o seu futuro e encontrar alternativas para uma economia auto-sustentável. (Jaime G. Siqueira Junior, 06/05/91)

Tribunal Regional Federal beneficia os Kaiowá de Piraquá.

A Folha de S. Paulo, no dia 24 de abril passado, noticiou que os Guarani Kaiowá ganharam mais uma etapa na disputa pela reserva Piraquá, localizada na fazenda Serra Brava, em Bela Vista no Mato Grosso do Sul.

O Tribunal Regional Federal — TRF da 3ª região, sediado em São Paulo, decidiu no dia 23 de abril, anular a sentença que concedeu ao fazendeiro Lberio Monteiro de Lima a reintegração de posse.

A Funai interditou a área Pirakuá pela 1ª vez em 1985, baseada nos resultados finais de um grupo de trabalho que fundamentou-a em minucioso relatório, expondo todos os argumentos que justificavam a pretensão da comunidade Kaiowá. O problema é que incindiou na área indígena a fazenda Serra Brava, cujo fazendeiro entrou com ação judicial contra a Funai e obteve ganho de causa. Ele agora perdeu para os Kaiowá com a decisão do TRF. (CEDI, 07/05/91)

Guajajara ameaçam invadir povoado

O *Jornal do Brasil* noticiou no dia 8 de maio que os índios Guajajara da reserva de Canabrava, no município de Barra do Corda, Maranhão, estão revoltados e ameaçam invadir o povoado São Pedro dos Cacetes, localizado dentro da reserva indígena. A população de São Pedro promete resistir ao ataque. O conflito entre os moradores de S. Pedro e os Guajajara é antigo, e ganhou força em 1989 quando a Assembleia Legislativa do Maranhão transformou o povoado em município. Esse ato foi anulado pelo Supremo Tribunal Federal, que acatou ação de inconstitucionalidade movida pela Procuradoria Geral da República. No início de maio, três índios foram espancados e um está desaparecido. (CEDI, 10/05/91)

Portaria regulamenta educação indígena

Quando o presidente Collor, em fevereiro deste ano, assinou o decreto nº 26 atribuindo ao Ministério da Educação a competência para "coordenar as ações referentes à Educação Indígena", houve certa perplexidade entre as entidades de apoio ao índio e as instituições de pesquisa que se dedicam ao trabalho e formulação de uma prática educacional junto aos grupos indígenas do país. É que o decreto se fundamentava sobre o disposto na lei 6.001 de 19/12/73 inspirado, por sua vez, na Convenção 107 da OIT que tem como princípio "a proteção da integração das populações indígenas de países independentes". O temor era de que a formulação da política educacional para os índios fosse inspirada dentro deste espírito assimilacionista e por pessoas alheias às discussões sobre o tema, que já tinha conquistado garantias significativas dentro do próprio texto constitucional. Desse modo, pessoas envolvidas com a implantação ou acompanhamento e apoio de projetos de educação em aldeias indígenas (Nietta Monte da CPI-AC, Jussara Gruber do Centro Magüta do Alto Solimões, Núcleo de Educação Indígena da USP e outros) empenharam-se, junto com a encarregada de coordenar a implantação da política de educação indígena dentro do MEC, Ivete Madeira Campos, em definir, por meio de portaria de regulamentação do decreto nº 26, os termos em que se deveria basear a política oficial para educação para os índios.

A Portaria — Dentre os artigos

que merecem destaque na Portaria Interministerial nº 559 de 16/04/91, apontamos:

o artigo 1º, que garante às comunidades indígenas "uma educação básica de qualidade, laica e diferenciada, que respeite e fortaleça seus costumes, tradições, línguas, processos próprios de aprendizagem e reconheça suas organizações sociais"; o artigo 5º, que estimula "a criação de Núcleos de Educação Indígena nas Secretarias Estaduais de Educação, com a finalidade de apoiar e assessorar as escolas indígenas". Em parágrafo único, fica determinado que esses Núcleos "deverão contar com a participação de representantes das comunidades indígenas locais atuantes na educação, de organizações governamentais e não governamentais afetas à educação indígena e de Universidades"; o artigo 7º, que determina que "os profissionais responsáveis pela educação indígena, em todos os níveis, sejam preparados e capacitados para atuar junto às populações étnica e culturalmente diferenciadas, garantindo-se, preferencialmente, o acesso do professor índio a esses programas permanentes"; e o artigo 4º que cria, no Ministério da Educação, uma "Coordenação Nacional de Educação Indígena, constituída por técnicos do Ministério e especialista de órgãos governamentais, organizações não governamentais afetas à educação indígena e universidades, com a finalidade de coordenar, acompanhar e avaliar as ações pedagógicas da Educação Indígena no país". (Marina Kahn, 06/05/91)

Coordenação Nacional de Educação Indígena

A Coordenação prevista no artigo 4º da Portaria nº 559 "deverá considerar, nas suas ações, os estudos, pesquisas antropológicas e linguísticas que contribuam para a melhoria da prática educativa dirigida às populações indígenas, especialmente ao registro e sistematização de seus etno-conhecimentos e à investigação de seus processos cognitivos de transmissão e assimilação do saber" (pará. 2º). A Portaria não definiu o prazo para es-

sa Coordenação apresentar um plano de trabalho. Isto pode ser um sintoma do risco que se corre, agora, de se ver afundar pelo pântano da burocracia de um dos Ministérios mais hierarquizados de Brasília, um conjunto de medidas razoáveis fundamentadas em bons princípios, mas que não passarão de retórica caso não for viabilizada a implantação dos projetos educacionais para os índios num espaço curtíssimo de tempo. (M.K.)

Fazendeiro vai a júri pelo assassinato de Expedito

O juiz Roberto Gonçalves de Moura, da comarca de Xinguara (PA), considera ter provas para condenar o fazendeiro Jerônimo Alves de Amorim como mandante do assassinato do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria, Expedito Ribeiro de Souza e o encaminhou à Penitenciária Fernando Guilhon, em Santa Isabel do Pará. É a primeira vez que um mandante de crime contra sindicalista ou posseiro vai para a cadeia, contrariando a impunidade histórica reinante no Sul do Pará. A condenação do fazendeiro dependerá de júri popular, a ser realizado no mês de julho.

O fazendeiro fora denunciado por seu próprio gerente, Francisco Assis

Ferreira, o Grilo, e pelo pistoleiro José Serafim Salles, o Barreirito, como mandante da morte do sindicalista. Barreirito disse em depoimento que cobrou Cr\$ 150 mil para matar Expedito, mas quando a vítima era um "simples agricultor" o preço do serviço caía para Cr\$ 50 mil.

O vigário de Rio Maria, padre Ricardo Resende, está tentando o desafamento do julgamento de Jerônimo Amorim, pois entende que só com a transferência do júri popular para Belém o julgamento ficará livre de pressões de outros fazendeiros poderosos e da coação das testemunhas, que estão sendo ameaçadas de morte.

Confirmam o clima tenso da região os fatos violentos do mês de

maio. O posseiro Berto Pereira da Costa foi assassinado na Fazenda Campo Alegre, em Santana do Araguaia. A Polícia Militar seqüestrou Cícero dos Santos, filho de um posseiro em Xinguara, para que servisse de guia aos policiais que estão realizando despejo de posseiros em três fazendas do município, entre as quais uma de propriedade de Jerônimo Amorim. Além disso, foram presos cinco pistoleiros profissionais, patrocinados pelos comerciantes Hélio Caetano, Hélio Moreira e Neném Simão, este último envolvido em diversas mortes na região, inclusive a do sindicalista Gringo, em 1982. (*Jornal do Brasil*, 08, 09 e 11/05/91; *Folha de S. Paulo*, 09 e 13/05/91)

Sem-terra pressionam por assentamento em Bagé

Bagé, município do Rio Grande do Sul cuja atividade principal é a pecuária, assistiu no dia 8 de maio a uma manifestação pública do grupo de trabalhadores rurais sem-terra que ocupou, há um mês, a Fazenda São Pedro. No dia 12 em Porto Alegre, 28 deles acamparam em frente ao Palácio Piratini, sede do governo gaúcho, para fazer um jejum de três dias.

Antes dos sem-terra, porém, fazendeiros liderados pelo sindicato

rural e pela União Democrática Ruralista (UDR) saíram às mesmas ruas de Bagé para protestar contra as ocupações. Os fazendeiros selaram uma série de acordos para tentar, de todo jeito, impedir novos assentamentos.

Apesar das manifestações terem ocorrido tranqüilamente, cresce a tensão em torno da ocupação da fazenda, pois a Justiça deu reintegração de posse ao fazendeiro Antônio Carlos

Caggiano Neto. Por outro lado, o governador Alceu Collares garantiu que os recursos para aquisição de terras para o assentamento dos trabalhadores — 300 famílias de Bagé e 300 da Fazenda Anoni — chegam em breve. Revelou ainda que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e a Secretaria da Agricultura já escolheram as áreas que serão compradas. (*Jornal do Brasil*, 29/04/91, 09 e 13/05/91)

Trabalhadores expulsos na Bahia

Trabalhadores residentes há 40 anos na Ilha do Pau do Macaco, situada no rio Buranhém, município de Porto Seguro (BA), denunciaram que no dia 10 de abril foram expulsos de suas terras por vários policiais, a mando de um coronel reformado da Polícia Militar da Bahia, que parece ter várias propriedades na região. No entanto, a Ilha é na realidade propriedade da União e do Estado, justamente por ser uma ilha.

Desabrigados, passando fome e necessidades, as 13 famílias expulsas decidiram voltar para suas casas e cuidar de suas lavouras.

Através de carta aberta à população, fazem saber que estão ameaçados, pois o dito coronel providenciou pistoleiros para grilar suas terras. Conforme consta na carta, a ameaça pode se estender a líderes sindicais e políticos que os apóiam. (*Sindicon; PT/Porto Seguro*, maio 1991)

Assentados ocupam Incra em SP e PR

Grupos de trabalhadores assentados ocuparam em 29 de abril as sedes do Incra em São Paulo e Curitiba. A reivindicação principal é a liberação dos recursos do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procera), criado em janeiro de 1986, para funcionar como crédito especial para assentamentos. Atualmente estão disponíveis, mas sob controle do Incra, cerca de Cr\$ 27 milhões do Procera, referentes ao orçamento de 1990/91. Os assentados querem a liberação imediata deste dinheiro e sua aplicação na produção e investimentos agrícolas que favoreçam a quem realmente trabalha na terra. "Afinal — argumentam os trabalhadores — até agora o governo Collor não liberou um centavo do Procera". (*Agên*, 30/04/91)

Leia e assine o Aconteceu

Canavieiros realizam protesto em PE

Mais de dois mil canavieiros realizaram em Recife, no dia 29 de abril, uma passeata para cobrar do governador Joaquim Francisco a manutenção do programa "Chapéu de Palha". Criado em 1987, o programa foi implantado para absorver mão-de-obra desempregada durante a entressafra. Joaquim Francisco comprometeu-se a mantê-lo, mas com alterações que os trabalhadores não aceitam, como por exemplo a redução do número de beneficiários: 2.500 em 11 municípios. A Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (Fetape) calcula que há 80 mil desempregados na Zona da Mata e defende a manutenção do pagamento de um salário mínimo mensal aos que trabalham em obras públicas. (*O Estado de S. Paulo*, 30/04/91)

Romaria reúne trabalhadores no Sul

Mais de 60 mil pessoas reuniram-se em Caxias do Sul (RS) para comemorar o 1º de maio na Romaria do Trabalhador. Procissões de diferentes bairros dirigiram-se para a saída da cidade, onde se juntaram aosromeiros de outras cidades, que chegaram em mais de 800 ônibus. Carregando diversos símbolos e intercalando cânticos religiosos e palavras de ordem, a multidão concentrou-se no Pavilhão da Festa da Uva para assistir à missa e participar da "Tribuna Livre", onde houve discursos com críticas à política econômica do governo Collor. (*O Globo*, 02/05/91)

No próximo número,
o perfil da
Comissão de Agricultura
e Política Rural
da Câmara dos Deputados

Os riscos da privatização

POLÍTICA AGRÍCOLA

Em abril deste ano o Ministério da Economia declarou que o desafio da agricultura, nos próximos anos, será encontrar um novo padrão de financiamento, já que o Estado deverá se limitar ao papel de "coordenador" da política agrícola. Na verdade, o governo Collor vem, desde seu início, promovendo alterações nesta política com vistas à participação do setor privado no financiamento da produção, à redução de subsídios agrícolas, à reavaliação dos custos de produção e à diminuição dos produtos com garantia de preços mínimos.

Ao que parece, a política do Estado de se ausentar progressivamente do setor agrícola e abrir espaços pa-

ra sua privatização — aprofundando assim a sua política mais geral neoliberalizante — tem na safra ora colhida efeitos não muito positivos.

Neste ano, a produção de cereais e de feijões deverá ser insuficiente para a recomposição dos estoques. As reservas de segurança já foram consumidas quase totalmente e a safra de 1990 — que teve uma queda de 22% em relação ao ano passado — deverá ser, na melhor das hipóteses, apenas suficiente para cobrir, sem folga, o consumo interno. Como causas principais desta queda, alguns analistas têm apontado tanto a má distribuição de chuvas quanto a política de financiamento que, observam, ficou em boa parte a cargo do setor privado (cooperativas e fornecedores de insumos). (*CEDI; O Estado de S. Paulo*, 17 e 24/04/91; *O Globo*, 26/04/91)

Trabalhadores protestam contra a seca

Mais de dez mil trabalhadores rurais reuniram-se no dia 5 de maio em Serra Talhada (PE) para participar do Fórum Pernambucano da Seca, formado por 43 entidades e sindicatos interessados em denunciar e apresentar soluções alternativas para os problemas provocados pela estiagem que já atinge 163 municípios do estado. "A proposta de distribuir alimentos gratuitos é uma forma de não abrir frentes de emergência", opinou o secretário da Fetape, Manoel dos Santos, reforçando uma das principais críticas do Fórum da Seca ao governo Collor. Mas, ao contrário

das frentes de emergência implantadas em anos anteriores para construção de obras públicas, o Fórum defende a utilização da mão-de-obra contratada para o desenvolvimento de projetos alternativos para a agricultura.

Em Santa Catarina, por sua vez, 19 colonos de diversos municípios flagelados pela seca acamparam, em abril, no hall da Assembléia Legislativa, onde realizaram uma greve de fome. Os colonos reivindicam a ampliação do auxílio federal às cem mil famílias que sofrem com a pior seca das últimas décadas. (*Jornal do Brasil*, 26/04 e 06/05/91)

Projeto não cumpre Constituição

O presidente Fernando Collor enviou ao Congresso dois projetos de lei sobre a Previdência Social segundo os quais os trabalhadores rurais entram para o sistema previdenciário com os mesmos benefícios dos trabalhadores urbanos, deixando de receber pelo Funrural. Porém, os trabalhadores rurais não ganharam as aposen-

tadorias aos 60 anos (homens) e aos 55 anos (mulheres), como prevê a Constituição. O governo preferiu poupar os cofres da Previdência, porque calculou que mais de 1,2 milhão de trabalhadores do setor rural entrariam com pedido de aposentadoria caso fosse aplicada essa norma. (*Helena Daltrio/O Estado de S. Paulo*, 01/05/91)

Ministro atribui ao PNAC verbas de outro programa

No encerramento do Encontro Internacional de Alfabetização e Cidadania (Brasília, 3 a 5 de maio), o ministro da Educação, Carlos Chiarelli, fez um balanço otimista do Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC). Disse esperar que US\$ 350 milhões, prometidos pelo Banco Mundial para financiar o programa, sejam liberados ainda este ano, já que a liberação estava prevista apenas para abril de 1992.

Entretanto, esse empréstimo faz parte de um financiamento do Banco Mundial ao Projeto Nordeste, elaborado ainda no governo Sarney, não

possuindo ligação alguma com a política de alfabetização do atual governo. Não importando quando forem liberadas as verbas, seu uso não terá abrangência nacional, restringindo-se ao Nordeste.

Ainda quanto a esse financiamento, o ministro disse que o diretor da Unesco, Federico Mayor, "pediu prioridade para o Brasil", diante da "boa repercussão que o programa brasileiro teve junto aos organismos internacionais". Mas o que se sabe é que os representantes desses organismos no Encontro Internacional não tiveram condições de exa-

minar detalhadamente o programa, até porque ele ainda não foi detalhado. O que é certo é que os técnicos do Banco Mundial (Bird) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) fizeram um exame da proposta em fevereiro passado e, na ocasião, teceram críticas à sua abrangência face aos poucos recursos disponíveis, além de apontarem a ausência de mecanismos de avaliação e recomendarem que o programa se ativesse à alfabetização e à escola básica, sem abarcar o ensino de deficientes e a pré-escola. (CEDI, 10/05/91)

Encontro visou reforçar Chiarelli no MEC

O Encontro Internacional de Alfabetização e Cidadania, promovido pelo Ministério da Educação entre 3 e 5 de maio, parece ter sido apenas uma manobra para reforçar Carlos Chiarelli à frente da pasta, embora os objetivos formalmente apresentados para o evento fossem promover a cooperação e debater a educação básica e a alfabetização de jovens e adultos.

No encerramento, o ministro declarou à imprensa que o evento "serviu para que a gente pudesse receber dos organismos internacionais um aval sobre a seriedade e qualidade do pro-

grama brasileiro pelo seu aspecto democrático, abrangente e sério". Referia-se ao Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania, ainda em esboço, desde que foi lançado há oito meses, e aguardando a 1ª Conferência Brasileira de Alfabetização e Cidadania, prevista para o próximo semestre, que fará a elaboração definitiva do programa e lhe dará as diretrizes.

O esforço de trazer representantes e ministros de 17 países, além do diretor-geral da Unesco, Federico Mayor, não poderia ter servido para obter-se um aval internacional a um pro-

grama que não está nitidamente delineado. Aliás, a apresentação do programa durante o evento foi concisa, não fornecendo elementos para uma avaliação aprofundada. Os técnicos e autoridades presentes praticamente se limitaram a agradecer o convite. É de estranhar por isso que a imprensa tenha noticiado o apoio dado pelo representante do Banco Mundial, Adrian Vespoo, e pela primeira-dama dos EUA, Barbara Bush, que enviou telegrama em nome do governo americano qualificando o programa de "adequado aos padrões brasileiros". (CEDI, 10/05/91)

Sem Terra vão alfabetizar nos acampamentos

O MST do Rio Grande do Sul está capacitando monitores para desencadear a Campanha de Alfabetização de Jovens e Adultos nos acampamentos e assentamentos, visando um amplo processo de desenvolvimento cultural entre agricultores assentados e acampados. Promoverá em 25 de maio, em Bagé, um dia de debate sobre a educação popular e a reforma agrária, com a presença de Paulo Freire, abrindo a campanha. O movimento pede doação de material escolar e livros para formar bibliotecas populares nos assentamentos. Já recebeu algum apoio financeiro de organizações religiosas, mas "dos governos, por hora, nada". (CEDI, 13/05/91)

Projeto vai alfabetizar trabalhadores rurais

O projeto Alfabetização no Galpão, que pretende alfabetizar trabalhadores rurais, especialmente adultos já alijados do sistema escolar, será lançado no Rio Grande do Sul, devendo servir como embrião para sua implantação no resto do país. Segundo o vice-presidente da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul), João Alberto Dutra Silveira, o projeto representa "uma grande parceria em favor do homem do campo". Desta forma, esclarece a participação do Ministério da Educação (MEC), da Fundação Educacio-

nal Padre Landel de Moura (Feplan), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag).

As aulas serão dadas no próprio local de trabalho, ou seja, galpões das fazendas. Numa primeira etapa, o custo será de Cr\$ 60 milhões a Cr\$ 80 milhões, para a implantação em dez municípios, de dez regiões diferentes, ainda não definidos. Os promotores do projeto pretendem começar as aulas em junho. (Zero Hora/Porto Alegre, RS, 30/04/91)

Rede escolar do Piauí está se esfacelando

Os professores da rede estadual do Piauí permanecem em greve, desde que começou o movimento por melhoria salarial, em agosto do ano passado. A greve dos professores de 1º e 2º graus foi gradativamente recebendo adesões de outros setores do funcionalismo. O Hospital Getúlio Vargas, mantido pelo estado, parou pela primeira vez em 50 anos de funcionamento, foi fechado a cadeado e está literalmente em completo abandono.

As escolas tornaram-se prédios fantasmas e muitas foram depredadas e saqueadas, com roubo do mobiliário, torneiras e até de aparelhos sanitários.

As primeiras manifestações foram paralisações por tempo determinado, reivindicando aumento salarial. O então governador, Alberto Silva — que ao encerrar sua gestão deixou apenas Cr\$ 15 mil nos cofres do estado —

além de não atender às reivindicações, começou a atrasar os salários até não efetuar mais o pagamento. O governador não recebia os sindicatos para negociar ou, quando recebia, impunha a condição de encerrar-se a greve para dar respostas.

O funcionalismo ainda não recebeu o 13º e os salários de dezembro, janeiro e fevereiro. Do atual governador, Antonio de Freitas Neto (PFL), receberam apenas o correspondente a março e abril, mas com os valores de setembro de 1990, com promessa de aumento a partir de maio. O novo governador prometeu que após 90 dias de sua posse vai fazer um plano de pagamento dos salários atrasados, para o que pediu um voto de confiança dos funcionários. Enquanto isso, há pressões administrativas para que os professores retornem às aulas, mas em muitas escolas já não há mais condições materiais de funcionamento.

Os órgãos públicos e o comércio são as principais fontes de emprego formal em Teresina. O atraso nos salários praticamente estagnou a economia e provocou a desagregação de muitas famílias que, para alimentar seus filhos, distribuíram-nos pelas casas de amigos e parentes.

A organização sindical dos professores enfrenta muitas dificuldades, uma vez que os seus recursos também dependem dos salários. Além disso, a qualificação profissional dos professores é baixa e o provimento dos seus cargos é majoritariamente feito por indicações de políticos. De tal maneira é forte o clientelismo no Piauí que, entre 1970 e 1986, foram feitos apenas quatro concursos. Nesse último ano, de um quadro de 30.361 funcionários da Secretaria da Educação, somente 6.128 eram concursados. (CE-*DI*, 13/05/91)

CNTE lança campanha por educação

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação está distribuindo textos e cartazes da campanha *SOS A Educação pede Socorro*, onde afirma que “a educação pública, já sucateada pelos governos anteriores”, vem sofrendo o mais duro golpe dos últimos anos, por conta da política econômica de recessão.

Para a CNTE, “além das péssimas condições materiais das escolas, os salários dos trabalhadores em educação chegaram a um achatamento sem precedentes”, culminando com atrasos de até cinco meses no pagamento, como em Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Piauí e Paraíba.

O exemplo mais trágico é do Piauí, onde os vencimentos estão congelados em 25% do salário mínimo. A CNTE solicita que entidades da sociedade civil e partidos políticos remetam seu repúdio ao ministro da Educação, Carlos Chiarelli e ao Governador do Piauí, Antonio Freitas Neto. (CE-*DI*, 13/05/91)

Collares determina punições a professores grevistas

O governador do Rio Grande do Sul, Alceu Collares (PDT), qualificou a greve dos professores de “ilegal, abusiva e despropositada” e adotou medidas punitivas, ameaçando demitir quem faltar 30 dias consecutivos, a contar de 2 de maio, início do ano letivo. Ele também mandou suspender o pagamento de quem está em greve. “Isso não nos intimida, pois temos anos de experiência no enfrentamento de pressões patronais de go-

vernos que se dizem progressistas”, respondeu Eliezer Pacheco, vice-presidente do Centro dos Professores (Cpers).

Insatisfeito com a mediação do Tribunal Regional do Trabalho, Collares questiona a competência da Justiça trabalhista para julgar o dissídio proposto pelo Cpers. “É mais uma incoerência do governador, que nos mandou buscar uma solução na Justiça”, criticou a presidente do Cpers,

Maria Augusta Feldman. Rejeitando a proposta do Judiciário (131% de reajuste) e recusando-se a apresentar nova proposta à Assembléia Legislativa, Collares quer vencer o movimento pela intimidação e pelo cansaço. (O *Globo*, 12/05/91)

Leia e assinie

Aconteceu

Paz possível em El Salvador e Guatemala

Está avançando o processo de paz na América Central. Pela primeira vez em três décadas de uma guerra civil que causou 100 mil mortos, 50 mil desaparecidos e mais de um milhão de refugiados, os guerrilheiros e o governo direitista da Guatemala estão negociando diretamente. Ao mesmo tempo, líderes da guerrilha salvadorenha, após um ano de sucessivas e difíceis negociações, assinaram um acordo decisivo com o governo direitista de El Salvador.

Com o fim da guerra fria, a América Central deixou de ser um campo de batalha das disputas Leste-Oeste. Os EUA, não mais assustados com a possibilidade de mais uma revolução vitoriosa no seu "quintal de casa", estão pressionando os governos centro-americanos para uma saída negociável das guerras civis que há décadas ensanguentam a região. Os mesmos governos direitistas admitem

agora que "a guerra impede qualquer projeto ambicioso para levantar a pobre economia regional", como declararam recentemente os presidentes dos cinco países centro-americanos reunidos na Costa Rica em dezembro de 1990. A paz, ao contrário, "leva ao sucesso econômico".

Não houve e nem eram esperados grandes avanços nas primeiras negociações diretas entre o governo do presidente Jorge Serrano e a União Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG), realizadas no final de abril na Cidade do México. O contato inicial abre a possibilidade de uma séria tratativa de paz para concluir a mais longa e sangrenta guerra civil da América Latina. Até agora, os militares guatemaltecos sempre se recusaram a encontrar a URNG, não querendo sequer reconhecer que esta fosse um interlocutor político e militar. Um acordo/agenda de dez pontos foi assinado na primeira rodada de

negociações e um novo encontro está programado para a segunda quinzena de maio na capital mexicana.

Após um ano de negociações com avanços e recuos, o governo salvadorenho e a guerrilha da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) acertaram em abril, na Cidade do México, um vasto pacote de reformas constitucionais. Já aprovado pela Assembléia Legislativa, o pacote reduz drasticamente o papel das Forças Armadas (principal reivindicação da guerrilha), altera o sistema judiciário e o processo eleitoral, e prestigia os direitos humanos. Se tudo der certo, será possível estabelecer um "cessar fogo". Em perspectiva, o FMLN deveria abandonar as armas para transformar-se numa força política legal de esquerda, como a Convergência Democrática, que nas eleições de março passado conseguiu eleger oito deputados do novo parlamento. (CEDI/O Estado de S. Paulo, 05/05/91)

Ciclone tropical faz 100 mil mortos em Bangladesh

Um forte ciclone com ventos de até 235 quilômetros por hora se abateu sobre Bangladesh no último 29 de abril. Nos dias seguintes, outras tempestades castigaram o paupérrimo país asiático. A contabilidade oficial das vítimas beira as cem mil, mas as próprias autoridades admitem que é quase impossível saber exatamente quantas pessoas morreram.

Dois em cada três habitantes de Bangladesh são analfabetos, a densi-

dade populacional é uma das maiores do mundo — 770 pessoas por quilômetro quadrado — e, no ranking mundial da miséria, os 115 milhões de bengalis só ficam atrás das quatro mais pobres nações africanas. Em apenas duas décadas de independência — arrancada do Paquistão em 1971 —, o país já aturou dez anos de ditadura militar e uma guerra civil que deixou meio milhão de vítimas.

Por um capricho geográfico, duas

vezes por ano os rios transbordam em terríveis inundações. Quem escapa das enchentes, dificilmente fica imune aos ciclones — tempestades tropicais que vem do mar para a terra, com ventos violentíssimos em movimento circular. Nos últimos 180 anos, a história registrou 57 ciclones e maremotos de alta intensidade na Baía de Bengala. Os ciclones deste ano estão entre os piores que se lembram. (VEJA, 08/05/91)

Aconteceu

CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Rua Santo Amaro, 129 — 22211 — Rio de Janeiro — RJ
Av. Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP

PORTE PAGO
DR/RJ
ISR - 52-653/87



UP-CT PRINCIPAL